
**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 72ª REUNIÃO**

Data: 29 e 30 de junho de 2009.

Local: Sala T-13 do Ed. Marie Prendi Cruz, localizado na SEPN 505 (W2 Norte), Lote
2 – Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério da Integração Nacional: Davi Tadeu Borges Marwell (davimarwell@gmail.com)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Luciane Rodrigues Lourenço (luciane.lourenco@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Andrea Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais - PR/MT: Ellen Kenia Kuntze Pantoja (ellenpantoja@sema.mt.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: ausente
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - DF/GO: Diógenes Mortari (diogenes.mortari@adasa.df.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: Gustavo Penedo de Albuquerque Cabral (gustavo.cabral@inga.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais – AL/RN: Joana Darc Freire de Medeiros (joanadarc.medeiros@gmail.com)
- Conselhos Estaduais – PE/PB: Simone Rosa da Silva (simone.rosa@srh.pe.gov.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Pedro Luis Franco (pedrolpf@sanepar.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Indústria: Luiz Cláudio C. Figueiredo (luiz.castro.figueiredo@vale.com)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de Freitas Silva (bpg-pgr@daee.sp.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (contato@planetaverde.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Juliane Viana (juliane.viana@gmail.com)

DEMAIS PRESENTES:

- Célia Regina Buono Palis Poeta (SMA / SP) – (celiap@cetesbnet.sp.gov.br)
- Christine Lombardo (Petrobrás / RJ) – (christinelcp@petrobras.com.br)
- Eduardo Mazzolenis de Oliveira (CETESB / SP) – (sma.eduardom@cetesbnet.sp.gov.br)
- Eduardo S. Ribeiro Dantas (CEDAE / RJ) – (eduardodantas@cedae.rj.gov.br)
- Emílio Trevisan (SUDERSA / PR) – (emiliotrevisan@sudersa.pr.gov.br)
- Flávia Medeiros (ELABORE) – (flavia.medeiros@elabore.com.br)
- João Ferreira Neto (SRHU/MMA) – (joao.neto@mma.gov.br)
- Luciana de Paiva Luquez (CNA / DF) – (luciana.luquez@cna.org.br)
- Marcus Suassuna Santos (SRHU/MMA) – (marcus.suassuna@mma.gov.br)
- Maria Aparecida B. Pimentel Vargas (BRASCAN) – (vargasma@terra.com.br)

- Maurício Cordeiro (ANA) – (mauricio@ana.gov.br)
- Roberto Alves Monteiro (SRHU/MMA) – (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Paulo César C. Germano (CORSAN / RS) – (paulo.germano@corsan.com.br)
- Rogério Menescal (ANA) – (rmenescal@ana.gov.br)
- Rosa Mariette O. Geissler (IPAAM / AM) – (geissler@ipaam.am.gov.br)
- Sebastião Nainer Bosquilia (CBH – PCJ / SP) – (sbosquilia@sp.gov.br)

RELATORIA CTPOAR:

Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 09h40 do dia 29 de junho de dois mil e nove, procedeu-se à abertura da 72ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. [Item 2 – Aprovação da Ata da 72ª reuniões da CTPOAR.](#) A ata foi aprovada após sugestões de alterações. [Item 3 – Análise dos temas priorizados pelo Plenário do CNRH para a CTPOAR/2009.](#) [Item 3.1 – Apresentação sobre o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, a ser realiza pelo Sr.: Maurício César Rebello Cordeiro, Superintendente Adjunto de Gestão da Informação da Agência Nacional de Águas – ANA.](#) Durante a apresentação (anexo 1) foram destacados os seguintes temas: a base legal, referente aos objetivos do SNIRH e a competência de sua gestão; os subsistemas e módulos existentes no SNIRH, sendo o de regulação de uso, que possui como processos associados, o cadastro, a outorga, a cobrança, a fiscalização, e que necessita de uma base corporativa e de inteligência geográfica, o de dados quali-quantitativos, que seria o novo HIDROWEB, contendo modelagens, o de inteligência hídrica, que permitirá a associação e disponibilização de informações sobre vazão, considerando a operação hidráulica de reservatórios, subsidiando o planejamento da gestão de recursos hídricos, o de planejamento e gestão que fornecerá o suporte aos processos de planejamento e gestão, permitindo o acompanhamento sistemático da situação dos recursos hídricos do país, o grau de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, subsídios para elaboração de planos de recursos hídricos e a construção de cenários exploratórios, auxiliando na elaboração do Relatório de Conjuntura e o de inteligência geográfica, que está baseada na área de contribuição de trechos de rios, conforme a codificação Otto, onde são sobrepostos os dados, gerando informações. Foi informado que a efetivação desse Sistema aconteceu a partir de 2004 e que estaria na busca de uma padronização. Ainda foi informado que o megaprocesso “Cadastro” já estaria implantado, sendo declaratório. [Item 3.2 – Apresentação sobre o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, a ser realizada por representante da Agência Nacional de Águas.](#) A apresentação (anexo 2) foi realizada pelo o Sr. Rogério Menescal, Gerente da Gerência de Cadastro da Superintendência de Outorga e Fiscalização da ANA. Primeiramente houveram comentários sobre a Resolução ANA nº 317, de 2003, que instituiu o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH como registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado usuárias de recursos hídricos, com abrangência para os usos considerados insignificantes e atualmente na forma de autodeclaração. Foi ressaltado que o Cadastro seria um processo do Subsistema regulação de usos do SNIRH, que possui interface geográfica. Foi mostrada a forma de utilização dos dados do CNARH. Também foi mencionada a lista de Estados que adotam o CNARH e os que compartilham os dados, além da existência de um compartilhamento mínimo de dados, módulo esse que estaria em elaboração, denominado Pré-CNARH. Foi apresentado o fluxograma das informações e a geração do número no CNARH que seria utilizado como entrada para os demais megaprocessos

do SINRH, com o encaminhamento para os sistemas estaduais, quando couber. Também foram mostradas as três entradas existentes no CNARH, já abrigadas no site da ANA (usuários, órgãos estaduais e treinamento). Comentaram sobre a necessidade de mudança de filosofia do usuário de recursos hídricos quanto ao cadastramento/cadastro, devendo ser elaborados estímulos para o autocadastro. Também abordaram o Cadastro Nacional de Barragens - CNB e a inter-relação com o CNARH/SNIRH, considerando o número significativo de espelhos de água existentes no país, além da dificuldade enfrentada para a atualização deste. De um modo geral comentaram sobre o Pacto Federativo e a interferência na adoção do CNARH/SNIRH. Estando o Pré-CNARH em desenvolvimento, e a CTPOAR tendo como tema a ser discutido, acordaram sobre a análise dos 25 campos que compô-lo-iam, devendo, o documento, ser disponibilizado com antecedência para análise dos órgãos gestores presentes ficando para a próxima reunião essa discussão. Ainda falaram sobre a dificuldade operacional de utilização do CNARH. A reunião foi suspensa para o intervalo de almoço e retomada às 14h35, ainda no item 3. Concluíram que seria inadequada a elaboração de uma resolução para os temas 1 e 2, devendo ser elaborado um ofício resposta ao Plenário do CNRH, esclarecendo a competência legal para tratar desses assuntos. Adicionalmente, seriam colocados comentários referentes às dificuldades de efetivação, incluindo o monitoramento, e o uso do CNARH além de sugestões para o Pré-CNARH, com o cuidado de não alterar o número de campos. Também seria ratificada a filosofia quanto a finalidade do cadastro, e sugerida a geração de relatórios para os comitês de bacias hidrográficas. [Item 7 – Assuntos Gerais](#) - Foi lido o Ofício nº 11/CTCOST/CNRH/MMA, referente a proposta de resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira, encaminhado pela CTCOST. Verificaram que o documento possuía caráter informativo, não necessitando de resposta. Fizeram a leitura da proposta de resolução e verificaram que não haviam artigos referentes as competências da CTPOAR. Ponderaram sobre a continuação dos trabalhos do GT sobre outorga em zona costeira, sendo informados que seria encaminhado ofício convite para a participação da CTPOAR na composição do respectivo GT. [Item 4.1 – Análise da proposta de resolução](#). Continuaram a análise do texto da proposta de resolução iniciando pelo artigo 1º. Acordaram que essa seria uma leitura visando o estabelecimento da forma. Também acordaram que no texto seria adotada a terminologia curso de água quando se tratasse de vazão e corpo de água quando se tratasse de volume e que a expressão necessidade hídrica ambiental não precisaria ser definida. Foi discutida a definição e diferença entre escassez e estiagem. Diante das dúvidas apresentadas foi sugerido que essa discussão fosse colocada como item de pauta em uma próxima reunião, o que foi acatado por todos. Continuaram a análise e assim acordaram que fosse mantida a existência da flexibilização visando a eficácia da proposta de resolução. Finalizaram a leitura da proposta de resolução no art. 8º. A reunião foi encerrada, no dia 29 de junho, às 18h25. No dia 30 de junho a reunião foi reiniciada às 09h20, sendo retomada a análise da proposta de resolução a partir do art. 9º. Foi acordado que nos usos múltiplos encontram-se também as necessidades hídricas ambientais conclusão expressa na redação do inciso I do art. 2º. Também acordaram pela colocação da definição de seção de controle, utilizando para sua elaboração as referências bibliográficas: Brasil, DNAEE. Divisão de Controle de Recursos Hídricos. Glossário de Termos Hidrológicos: Brasília, 1983 e SUDERHSA/PR – Internet, 2009. As alterações estão apontadas no anexo 3. Como encaminhamento final concordaram em disponibilizar a proposta de resolução para seus pares com objetivo de buscar contribuições para a conclusão da proposta de resolução na próxima reunião. [Item 5 – Continuação da discussão sobre procedimentos para outorga de diluição de lançamento](#)

[de efluentes. 5.1 – Apresentação sobre Outorgas em rios intermitentes no Estado do Rio Grande do Norte.](#) Durante a apresentação (anexo 4) foram abordados os seguintes aspectos: a dificuldade de trabalho do órgão gestor, devido: a carência de informações hidrológicas e de qualidade do corpo receptor – rios perenes, o lançamento em rios intermitentes – lançamento em solo, a carga carregada para os reservatórios no período de chuvas e a contaminação do aquífero Barreiras. Também foram colocados comentários sobre o rebatimento do art. 13 da Lei nº. 9.433, de 1997; a base legal estadual que trata do assunto; a caracterização dos rios do Estado, (todos com reservatório, reduzida vazão, com muita infiltração e pouca rede coletora de esgoto); e um exemplo de procedimento, de um projeto de sistema de lagoas de estabilização com polimento, onde foi possível conceder outorga somente de 50% da vazão solicitada para diluição. Como encaminhamento consensaram quanto à necessidade de discussões referentes às especificidades do semi-árido, assim sugeriram que os membros da SRHU conversassem com o Diretor de Recursos Hídricos, João Bosco Senra, visando a realização de um seminário sobre a temática, com a participação de todos os órgãos gestores e ANA. [5.2 – Apresentação sobre Outorga de Diluição de Lançamento de Efluentes no Estado do Paraná.](#) A apresentação (anexo 5) foi pautada na discussão da base legal utilizada no Estado, principalmente a Portaria 021, de 2009 que acrescenta dispositivos referentes ao art. 26 da Portaria 019/2007 para concessão de Outorga de Direito para empreendimentos de saneamento básico e os procedimentos de outorga e licenciamento. Foram apresentados os critérios de lançamento de efluentes, como vazão de referência (Q_{95}), as condicionantes, as obrigações do outorgado, com destaque para o monitoramento obrigatório e a proposta de meta progressiva. Também foi informado que todas as outorgas do Estado estariam respeitando o enquadramento, mas que foram necessárias flexibilizações diante das condicionantes do PAC, obtidas a partir de negociações que consideraram o contexto social, técnico, econômico e ambiental da gestão urbana. Ainda ponderaram sobre a oneração de obras de infra-estrutura a partir da ausência de política e fiscalização do uso e ocupação de solo. O intervalo de almoço ocorreu das 12h15 às 14h20. Após o intervalo de almoço ratificaram os assuntos que seriam tratados na próxima reunião, sendo o Pré-CNARH, e o início da discussão do item 6 da tabela de temas prioritários - diretrizes para elaboração de um plano de emergência e contingência, para barragens, já considerando as condicionantes apresentadas nos atos de outorga, a partir das regras operativas, devendo, para tanto, ser resgatado o PL 11.881 e oportunamente seriam envolvidos a ANA (SUM), a ANEEL, o Comitê de Barragens e a Defesa Civil. Também solicitaram para próxima reunião esclarecimentos sobre o item 5 da tabela - indicadores para a avaliação da implementação e rediscussão dos instrumentos de gestão como a cobrança, a outorga e o enquadramento dos corpos de água. [Item 5.3 - Continuação da elaboração da minuta de proposta de resolução que disporá sobre procedimentos gerais para manifestação prévia e outorga de direito de uso de recursos hídrico para fins de diluição de efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos de água superficiais.](#) Fizeram a leitura da proposta de resolução e iniciaram discutindo a metodologia adotada para a elaboração da proposta de resolução, sendo acordado para a próxima reunião a utilização da tabela comparativa dos instrumentos normativos estaduais existentes. Acordaram pela existência da definição de meta no texto da proposta de resolução, haja vista a diferença entre as metas de qualidade apresentadas na Resolução CONAMA nº. 357, de 2005 e na Política de Saneamento (Lei nº. 11.445, de 2007), além da definição de etapas de eficiência. Ponderaram sobre a necessidade de serem explicitados no texto da proposta de resolução os parâmetros mínimos a serem adotados, conforme Resolução ANA nº. 219, de 2005, ou de evidenciarem o responsável pela definição dos parâmetros. Também apresentaram dúvidas quanto à adoção das concentrações naturais.

Acordaram pela colocação de um artigo específico para parâmetros bioacumulativos. As alterações estão apontadas no anexo 6. Finalizando as discussões do dia pediram que fosse disponibilizada a Resolução ANA nº 219, de 2005, para auxiliar na elaboração da proposta de resolução. Foi solicitado que todos apresentassem contribuições ao texto. A reunião foi encerrada às 16h50, ocasião que foi ratificada a próxima reunião para os dias 04 e 05 de agosto, sem a participação na Oficina sobre Vazão Ambiental que foi substituída pela Oficina sobre Ecorregiões Aquáticas, a ser realizada nos dias 05 e 06 de agosto em Brasília.

Ata aprovada na 73ª reunião, realizada nos dias 04 e 05 de agosto de 2009.

Leila Carvalho Gomes

Presidente da CTPOAR

Raquel Scalia Alves Ferreira

Relatora da CTPOAR